



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Juliana Moura

O Ministério da Saúde (MS) regulamentou no ano passado a Resolução da Diretoria Colegiada de número 36, que é a RDC 36/2013, para que todos os hospitais públicos, privados e filantrópicos do Brasil formem o Núcleo de Segurança dos Pacientes (NSP) para a melhoria da qualidade nos serviços de saúde. E na manhã de ontem, 24, o Ministério Público Estadual (MPE) cobrou dos hospitais de Sergipe a instalação deste núcleo. Algumas unidades já apresentaram a implantação, como, por exemplo, o São José e o Hospital e Maternidade Santa Isabel. Porém, os que ainda não aderiram serão notificados pelo órgão e poderão ser alvo de ajuizamento de ação.

Segundo a promotora de Saúde, **Euza Missano**, em uma primeira audiência, o Estado lançou o Plano Estadual de Segurança para que os hospitais públicos, filantrópicos e particulares de Sergipe possam ter uma orientação.



ALGUMAS UNIDADES APRESENTAM A IMPLANTAÇÃO COMO, POR EXEMPLO, O HOSPITAL SÃO JOSÉ E O HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA ISABEL

Mas, nem todas as unidades já aderiram ao núcleo e esses estão sob pena de ação civil. Entre eles, está o Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) que será convocado para uma próxima audiência.

Ainda de acordo com ela, com a

implantação do NSP nos hospitais do Estado, poderão ser evitados riscos durante o processo de hospitalização dos pacientes e o Ministério da Saúde quer ter um controle das intercorrências que acontecem nas unidades do país.

“Nesse núcleo tem que ter um Plano de Segurança que é para evitar riscos durante o processo de hospitalização do paciente. Assim, poderá ser evitado que um paciente entre na unidade com determinada patologia e ela evolua ou se agrave por circunstâncias alheias à sua doença. Como, por exemplo: Uma pessoa dá entrada em um hospital com uma crise de garganta, mas caiu da maca e quebrou um braço. Essa ocorrência terá que ser comunicada em até 72h a Vigilância Sanitária Nacional para que o Ministério da Saúde tenha controle dessas intercorrências que acontecem durante a hospitalização dos pacientes. Mas, nem todos os hospitais de Sergipe já aderiram ao núcleo e esses poderão ser alvo de ação civil”, explica Euza Missano.